ATA DA 3.083ª SESSÃO (ESPECIAL)

Aos vinte e sete dias do mês de janeiro de 2020, às 11h20min, no Plenário Conselheiro Paulo Planet Buarque, realizou-se a 3.083ª sessão (especial) do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, sob a presidência do Conselheiro João Antonio. A Presidência: "Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos." Declaro aberta a Sessão Especial 3.083ª, com fundamento no artigo 153, § 7º, inciso I, do Regimento Interno, para a solenidade de posse dos Excelentíssimos Senhores Conselheiros Presidente, Vice-Presidente e Corregedor deste Tribunal de Contas, conforme resultado da eleição realizada na Sessão Especial 3.082ª, de 16 de dezembro de 2019, cuja ata foi publicada no Diário Oficial da Cidade de São Paulo, edição de 11 de janeiro de 2020." **Preliminarmente, a Presidência convidou as seguintes autoridades para a composição da Mesa Diretora dos Trabalhos**: Vereador Eduardo Tuma, Presidente da Câmara do Município de São Paulo; o Secretário Municipal de Governo, Mauro Ricardo Machado Costa, representando nesta feita o Prefeito da Cidade de São Paulo, Bruno Covas; o Procurador Regional da República, Luiz Carlos dos Santos Gonçalves; o Conselheiro Roque Citadini, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; o Desembargador Mairan Maia, Presidente eleito do Tribunal Regional Federal da Terceira Região; o Controlador Geral do Município de São Paulo, Gustavo Ungaro; o Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira, Presidente da Atricon; o Conselheiro Thiers Montebello, Presidente da Abracom; na extensão da mesa, o Colegiado desta Corte, Conselheiros Roberto Braguim, Vice-presidente, Edson Simões, Corregedor, Maurício Faria, Domingos Dissei, o Secretário-Geral Ricardo E. L. O. Panato, o Procurador Chefe da Fazenda Guilherme Bueno de Camargo. **Continuando, a Presidência registrou e agradeceu a presença das seguintes autoridades e personalidades**: Adriane Yokoda Teixeira, Gerente de Atendimento – PABTCM, Caixa Econômica Federal; Alexander Cardoso da Silva, Gerente de Relacionamento do TCM, Banco do Brasil; André Guilherme Lemos Jorge, Professor da Universidade Nove de julho; Ângela Roberta, empresa Express; Antonio Donato, Vereador, Câmara Municipal de São Paulo; Deputado Federal Antonio Goulart; Arnaldo Faria de Sá, Subprefeito, Subprefeitura Jabaquara; Audry Gabriel, Chefe Jurídico, SPTrans; Cleiton Geremias Damião, Gerente de Negócios de Governo, Banco do Brasil S.A.; Clóvis Santinon, Presidente, Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo; Cristiana de Castro Moraes, Conselheira, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo; Cristiano de Arruda Barbirato, Procurador, Secretaria Municipal de Gestão; David Grossman, convidado do Presidente; Edson Caram, Secretário, Secretaria Municipal de Mobilidade e Transportes; Eduardo Storópolli, Prof. Dr., Reitor da Universidade Nove de Julho (Uninove); Eduardo Suplicy, Vereador, Câmara Municipal de São Paulo; Eduardo Tuma, Presidente, Câmara Municipal de São Paulo; Elias Almeida da Silva, Superintendente, Banco do Brasil; Elza Paulina de Souza, Comandante-Geral, Guarda Civil Metropolitana; Estilac Martins Rodrigues Xavier, Conselheiro, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul; Fábio Túlio Filgueiras Nogueira, Conselheiro, Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba e Presidente da Atricon; Fernando Augusto Marques Cera, Gerente Regional, Caixa Econômica Federal; Flávio Torresi, representante da Universidade Santo Amaro; Francisco Assis de Souza Filho, convidado do Presidente; Frederico Rozanski, Diretor de Turismo e Eventos da São Paulo Turismo S.A.; Gustavo Ungaro, Controlador Geral, Controladoria Geral do Município; Ignacio Maria Poveda Velasco, Professor Doutor, Procurador Geral e Superintendente de Relações Institucionais da USP – representante Reitor da USP; Isa Santos, Diretora, Conselho Regional de Corretores de Imóveis; Joana Schmidt Artes, Advogada, representante do Arcebispo Dom Odilo Scherer; João de Oliveira Rodrigues Silva, Diretor Adjunto, Associação Paulista dos Magistrados; João Farias, Secretaria Municipal de Habitação; Joni Matos Incheglu, Conselheiro, representante do Presidente do CREA; José Armênio de Brito Cruz, Presidente da SPUrbanismo; José Welligton Bezerra C. Neto, Juiz Assessor da Presidência, representante do TRE-SP; Levi dos Santos Oliveira, Presidente da São Paulo Transportes S.A. – SPTrans; Luiz Antonio Tavolaro,

representante do CREA; Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, Procurador da República, Ministério Público Federal; Luiz Carlos Zamarco, Superintendente, Hospital do Servidor Público Municipal; Mairan Maia, Presidente, Tribunal Regional Federal da 3ª Região; Marcio Ramos, Secretário Legislativo de Montemor; Marcos Geraldo Batistela, Presidente da Associação dos Procuradores do Município de São Paulo; Maria Khadiga Saleh, convidada do Presidente; Mariano Amadio, Vice-Presidente de Registro, CRC-SP, representando o Presidente; Marilza Romano, Superintendente Administrativa da SPTrans; Mauro Ricardo Machado Costa, Secretário, Secretaria Goveno Municipal; Milton Leite, Vereador, Câmara Municipal de São Paulo; Milton Moreira de Barros Neto, Chefe de Gabinete, representando o Presidente do CRECISP; Mônica Regina Fróes, convidada do Presidente; Nelson Watanabe, Chefe de Gabinete, Câmara Municipal de São Paulo; Nourival Pantano Junior, Diretor Presidente, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Osvaldo Arvate Jr., Diretor Presidente, São Paulo Turismo S.A.; Paulo Rogerio da Silva, Gerente, Caixa Econômica Federal; Deputado Federal Paulo Teixeira; Pedro Tomas Canto Benedetti, Advogado, Autoridade Municipal de Limpeza Urbana; Reginaldo Parnow Ennes, Conselheiro, Ouvidor do Tribunal de Contas do Estado do Amapá; Renato Fonseca de Andrade, Assessor da Presidência, SEBRAE-SP; Rodolfo Martins de Castro, Assessor da Presidência, Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul; Rodrigo Nogueira, representante do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo; Roque Citadini, Presidente, Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE-SP; Rosemiro Aparecido Ferreira, convidado do Presidente; Ruy Guarnieri, ABNEC; Silas Fria de Souza, Coordenador Administrativo, representante da Subprefeitura Itaim Paulista/Curuça; Silvio Luis Ferreira da Rocha, representante da Justiça Federal; Tatiane Viana, convidada do Presidente; Thiago Pinheiro Lima, Procurador-Geral, Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo e Presidente do FOCCOSP; Valdemir dos Santos Soares, Sindicato dos Motoristas de São Paulo; Vera Cândido Carrion, Presidente da ASTCOM, Associação dos Servidores do Tribunal de Contas do Município de São Paulo; Wilson Leandro, Subprefeitura Jabaquara. **Prosseguindo, o Excelentíssimo Senhor Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo João Antonio da Silva Filho procedeu à abertura oficial desta Sessão Solene de Posse:** "É apenas uma saudação inicial, para fazer a abertura desta Sessão de Posse dos Tribunais de Contas. Em primeiro lugar, quero agradecer a presença de todos, dizer que me sinto honrado e alegre com a presença de todos, de todas as autoridades, dizer que este é um evento da mais alta importância para o Tribunal de Contas do Município de São Paulo. As diversas representações presentes nos alegram em um momento como este. Falarei daqui a pouco, de maneira que o mais importante é dizer que nós estamos neste momento, abrindo esta sessão para que possamos os Conselheiros aqui presentes, eu, Presidente, Roberto Braguim,Vice-Presidente, Edson Simões, Corregedor, tomar posse para mais um ano de desafios na Cidade de São Paulo." A seguir, o Conselheiro Presidente João Antonio convidou todos os presentes para que, em pé, ouvissem o Hino Nacional Brasileiro. Dando sequência aos trabalhos, a Presidência solicitou ao Secretário-Geral Ricardo E. L. O. Panato que lesse os Termos de Posse referentes aos Conselheiros João Antonio, Roberto Braguim e Edson Simões, após o que os eleitos prestaram seus compromissos. Assinados os Termos, o Conselheiro Presidente declarou empossados na Presidência, Vice-Presidência e Corregedoria deste Tribunal, respectivamente, os Conselheiros João Antonio, Roberto Braguim e Edson Simões. **Reassumindo a direção dos trabalhos, o Presidente concedeu a palavra ao Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira, Presidente da ATRICON, para o seu pronunciamento**: "Bom dia. Gostaria inicialmente de cumprimentar o Presidente João Antonio em nome de quem saúdo todos os Gabinetes, Conselheiros deste Tribunal. Peço permissão à Mesa e aos presentes para otimizar um pouco esta breve passagem por esta tribuna, saudando os dignos Membros desta Mesa, às pessoas dos Conselheiros Roque Citadini e Thiers Montebello, Presidentes, respectivamente, do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro. Sintam-se as demais autoridades saudadas e abraçadas. Quero também cumprimentar com muita alegria, os inúmeros

Conselheiros e Conselheiras do Brasil, aqui presentes que demonstram o apreço, a admiração e respeito para com o Presidente João Antonio e demais membros desta Corte, sobretudo com este Tribunal. Meus Senhores e minhas Senhoras. São Paulo, o Brasil em superlativo. Uma das cidades mais populosas do mundo, centro financeiro e comercial do País, verdadeiramente cosmopolita. Aliás, esta é a característica que a torna ainda mais singular; é aquela que a enriquece humana e culturalmente falando. Tantos povos se encontram nestas ruas e avenidas insones. Tanta gente compartilha seus espaços de convivência, de lazer, de entretenimento, tantos trabalhadores fazendo a engrenagem da produção girar. Números incontáveis, algarismos dimensionam São Paulo. Quantas são as escolas, quantos estudantes as frequentam, de tantos leitos são compostos seus hospitais. Quantos enfermos recebem atenção médica em sua rede de saúde. Quantos se envolvem e quantos se mobilizam para assegurar a eficiência da coleta de lixo, a mobilidade urbana, o saneamento básico, o fornecimento de água e serviços de esgoto. Enfim, quanta estrutura é necessária para manter esta Metrópole em funcionamento. São demandas que a gestão pública precisa atender. Perto de 69 bilhões de reais é o orçamento previsto para 2020. É dinheiro que precisa ser fiscalizado. Esta é a competência imensa, diga-se de passagem, do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, tão essencial à garantia da governança e ao bem estar dos mais de 12 milhões de brasileiros que habitam e que fazem a grandeza da cidade. O controle externo exerce o papel preponderante ao funcionamento das cidades. Queira ou não, admitam ou não, mas o Sistema Tribunais de Contas do Brasil tem a capacidade técnica e o dever constitucional de buscar a efetividade das políticas públicas, de assegurar o emprego correto dos recursos da sociedade. O processo de aperfeiçoamento que a ATRICON comanda em parceria com os Tribunais de Contas do Brasil, com o IRB, com a ABRACOM, com o Colégio de Presidentes, vem melhorando o desempenho das Cortes Brasileiras e como tenho reafirmado Conselheiro Edson Simões, Conselheiro Domingos Dissei, Conselheiro Roberto Braguim, não temos a menor intenção de interrompê-lo. O TCM São Paulo tem sido um parceiro espetacular nesta empreitada. A ATRICON encontra no Presidente João Antonio, um inigualável e abnegável colaborador deste aperfeiçoamento que vimos buscando com denodo e muito empenho. Contamos igualmente, com o apoio dos Conselheiros Roberto Braguim e Edson Simões, que integram a Mesa Dirigente que ora assume neste período administrativo, Conselheiro Maurício Faria, a indubitável competência dos membros e a inquestionável capacidade técnica dos servidores que se unem neste Tribunal de Contas para assegurar que os recursos públicos sejam investidos de modo a garantir o bem estar e todo sentido de grandeza de São Paulo, nos trouxeram até aqui, para expressar palavras de reconhecimento e também de encorajamento. Persistam nesta trajetória, mantenham este olhar, esta ação perscrutante para o bem da cidade, pela qualidade de ida de seu povo, deste povo de muitas origens, parte dele oriundo do meu Nordeste, conduzido no processo migratório, pessoas que aqui fincaram raízes, produziram e contribuíram com as riquezas que hoje distinguem esta cidade como cenário de cultura, de conhecimento, de ciência, de tecnologia, enfim que se combinam com o esplendor desta terra de tantos encantos. Confio no êxito da nova gestão, Conselheiro João Antonio. Parabéns ao TCM São Paulo pelo desempenho excelente. São Paulo precisa disto. Quero encerrar, transmitindo ao ilustre representante do Prefeito Municipal Bruno Covas, o Secretário Mauro Ricardo Machado Costa, os nossos mais sinceros votos de pleno restabelecimento, que o Prefeito possa recuperar toda sua saúde, sua energia, para vivenciar e, sobretudo vencer os inúmeros e múltiplos desafios que é o de administrar uma cidade deste porte. Quero por fim também ao encerrar, destacar a importante missão do Poder Legislativo nesta empreitada, cumprimentando o Vereador Eduardo Tuma, cumprimentos estes que representam sem sombra de dúvidas, o respeito ao povo desta cidade. Muito obrigado." **De posse da palavra, o Controlador Geral do Município de São Paulo, Gustavo Ungaro**: "Bom dia. Gostaria de saudar a todas as autoridades presentes, na pessoa do Conselheiro João Antonio, Presidente deste Egrégio Tribunal de Contas do Município, saudando também todos os demais Conselheiros integrantes desta Corte de Contas. Quero

também, como Professor de Direito Administrativo que sou mencionar e saudar a presença do Professor Celso Antonio Bandeira de Melo e também do Professor Inácio Boveda, Professor Inácio que aqui representa a Universidade de São Paulo, instituições responsáveis pela formação de tantas gerações de pessoas que podem, dominando o conhecimento, a técnica, aplica-las a favor da coletividade. Estamos aqui hoje, em uma casa institucional dedicada ao controle da administração pública e é uma honra para a Controladoria Geral do Município, integrar esta Tribuna mercê da cooperação institucional, determinada pela nossa Constituição que deve nortear os trabalhos de controle interno e controle externo. A expectativa da sociedade é pelo resultado das ações das instituições e esta interação, felizmente, tem se dado na maior cidade do País, de forma harmônica, produtiva, pautada pela busca da eficiência e daqueles resultados almejados pela sociedade e que norteiam a ação dos gestores públicos, consequentes e também daqueles responsáveis pelas entidades de fiscalização. Estamos vivendo na Cidade de São Paulo, um período alvissareiro para o controle da administração e esta é uma boa notícia para a cidadania. Nós sabemos que as pessoas não aguentam mais a corrupção, os descaminhos, o desvio de dinheiro público, os recursos que são frutos da contribuição de todos. Portanto, a repressão tem sido responsável pelo fim da impunidade, mas nós sabemos que ela não é o suficiente. É preciso a prevenção, é preciso o aperfeiçoamento institucional, o aperfeiçoamento da gestão pública, melhoria das políticas públicas e esta missão que emana do controle interno e o controle externo. Em 2018, a Câmara Municipal aprovou a lei de reorganização da Prefeitura de São Paulo, proposta pelo Prefeito Bruno Covas em boa hora, assegurou a autonomia técnica, administrativa e orçamentária da Controladoria Geral do Município, assim como em relação à Procuradoria Geral do Município, também, outra instituição fundamental para defesa do interesse público e em 2019, a Câmara Municipal e aqui eu cumprimento o Vereador Eduardo Tuma, por ser um dos coautores desta nova norma, recém-aprovada, sancionada pelo Prefeito Bruno Covas, que agora dota a Cidade de São Paulo de novos mecanismos de prevenção da corrupção, de uma política preventiva, com condições de ser aplicada, com um Conselho de Transparência, um Fundo Anticorrupção, novas medidas, então, favoráveis àquilo que espera a cidadania. E a importância dessa ação de controle da Administração Pública pode ser percebida em apenas um dado que, aliás, aproveito esta valiosa oportunidade para compartilhar com todos. No ano passado – e acabamos de fechar as atividades do exercício encerrado –, verificamos que a Controladoria Geral, a qual congrega 200 profissionais a serviço da integridade, numa cidade como São Paulo com 137 mil agentes públicos, cidade responsável por um orçamento superior a R$ 60 bilhões – esse é o tamanho em alguns dos números da nossa capital – tem uma equipe incipiente, dedicada e motivada que custou aos cofres públicos, com todos os recursos necessários, R$ 28 milhões. Vejam: no ano passado, na GCM, isso custou R$ 28 milhões. Ao mesmo tempo, porém, essa atuação gerou em recursos economizados, compensados durante o próprio exercício encerrado, no mesmo período, R$ 120 milhões, além dos benefícios potenciais pelo aperfeiçoamento dos procedimentos de processos e contratos. Recursos que já se pode contabilizar, no ano passado, em R$ 120 milhões a um custo de R$ 28 milhões. Portanto, esta é a equação favorável do controle da Administração Pública pautado em tecnologia, em eficiência e em colaboração para o aperfeiçoamento da gestão pública. E devo salientar que o Tribunal de Contas tem contribuído para que isso aconteça, entre outras ações, celebrando convênios, por exemplo. Cabe dizer que acabamos de celebrar com o Conselheiro Presidente João Antonio para melhor acesso aos sistemas eletrônicos de controle dos dados públicos. Por conseguinte, essa sinergia tem gerado benefícios concretos à sociedade pelo que parabenizo o Conselheiro Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Quero dizer ainda que estou, com toda a equipe da CGM, bem como com todo o apoio que a Prefeitura tem dado a inteira disposição a essa atividade nesta nova gestão. Parabéns." **Com a palavra, o Presidente da Abracom – Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios e também Conselheiro do TCM do Rio de Janeiro, Thiers Vianna Montebello**: "Muito bom dia a todos. Bom dia Presidente João Antonio, em

nome de Vossa Excelência, bem como em nome do Presidente da Câmara Municipal Vereador Eduardo Tuma, faço uma saudação especial à Mesa e a estendo a todos os presentes. Envio um abraço fraterno aos meus colegas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo como forma de agradecimento ao convite em estar com todos os senhores, hoje, aqui. Cumprimento a nova Mesa Diretora, reeleita para este exercício de 2020, que se repete nas pessoas dos Conselheiros João Antonio, Roberto Braguim e Edson Simões para uma nova gestão. Tenho certeza de ser uma gestão que vai aprimorar cada vez mais o que já tem sido feito pelos mesmos. A saudação que fez o Presidente Fábio sobre o tamanho, o gigantismo que é a Cidade de São Paulo, podemos perceber como fica menor quando se trata do Rio de Janeiro. Nossa população é de 12 milhões de habitantes, sete na cidade, enquanto aqui, são quase 20 milhões de habitantes. O Orçamento de Vossas Excelências é de R$ 60 bilhões, e nós temos, por exemplo, 1,6 mil escolas com 650 mil alunos, números que já achamos gigantescos. Fazer a gestão dessas necessidades públicas, para nós, já é muito difícil, imagino como deve ser gerir uma cidade como São Paulo. Só com competência, capacidade, dedicação e devotamento que permitem fazer de São Paulo o que ela é: uma cidade que não para de crescer. São Paulo é realmente o condutor maior deste País, é mesmo a Capital do Estado de São Paulo. O que eu gostaria de formular, como Presidente dos Tribunais de Contas dos Municípios e Presidente do TCM do Rio de Janeiro é que vocês sejam muito felizes nesta nova gestão. Desejo que vocês ajudem o controle efetivo desses recursos, pois não se trata de um recurso qualquer. Trata-se de um montante muito grande e esse dinheiro precisa ser mesmo muito bem aplicado para o município, para a sociedade, para sua população. Portanto, formulo muito ligeira e singelamente, aliado à grande estima, grande apreço e carinho, os melhores e mais sinceros votos de sucesso, o que acho será inevitável, pois que o sucesso cabe dentro desta casa. Muito obrigado a todos. Sejam felizes." A presidência agradeceu as presenças das seguintes senhoras e senhores que se apresentaram a este cerimonial: Cristiano de Arruda Barbirato, Procurador da Secretaria Municipal de Gestão; Ignacio Maria Poveda Velasco, Superintendente de Relações Institucionais da USP que representa, neste ato, o Reitor da USP; Edson Tomaz da Lima Filho, Presidente da Amlurb – Autoridade Municipal de Limpeza Urbana; Frederico Rozasnki, Diretor de Turismo e Eventos da São Paulo Turismo. Agradeceu ainda a presença de José Aparecido Maion, representante do Presidente do Conselho Regional de Contabilidade; José Armênio de Brito Cruz, Presidente da SP Urbanismo; Luiz Carlos Zamarco, Superintendente do Hospital do Servidor Público Municipal; Marcos Geraldo Batistela, Presidente da Associação dos Procuradores do Município de São Paulo; Nourival Pantano Junior, Presidente da Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Osvaldo Arvate Junior, Diretor Presidente da São Paulo Turismo; Thiago Pinheiro Lima, do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo e Presidente da FocoSP; Levi dos Santos Oliveira, Presidente da São Paulo Transportes S.A. **Com a palavra, o Desembargador Mairan Gonçalves Maia Junior, Presidente eleito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região para o seu pronunciamento**: "Bom dia a todos. Gostaria de inicialmente cumprimentar o Conselheiro João Antonio pela continuidade no exercício da posse desta missão que já tão bem conhece. Peço licença aos ilustres integrantes da Mesa para cumprimentá-la na pessoa do Vereador Eduardo Tuma, por representar como Presidente da Câmara Municipal a população de São Paulo, esta cidade que a todos agrega e congrega. É desnecessário mencionar em momento de crise econômica com a qual vivemos de cortes orçamentários a ponto de justificar uma Emenda Constitucional específica a rendição orçamentária, com contingenciamento e limites que se estendem a cada ano, a importância da Corte de Contas no exercício de sua atividade fiscalizatória, como órgão auxiliar das Casas Legislativas, tanto no âmbito Federal, Estadual e Municipal. Neste ponto, destaco que São Paulo é feliz porque tem como administrador, um Prefeito que bem conhece o orçamento de São Paulo. O Dr. Bruno Covas, como Deputado Federal, trabalhou com afinco e bem conhece a legislação orçamentária Federal e Estadual e deste modo é um zeloso aplicador de seus recursos, o que muito facilita o trabalho da Corte de Contas do Município. Isto, contudo, não torna mais fácil o

trabalho desta Corte, na fiscalização cuja população, já que a população exige a cada dia mais, dos recursos públicos, pois estes ão de ser aplicados de formas eficientes, de forma racional e de forma impessoal, de modo a deixar de atender a interesses políticos, interesses eleitoreiros e passar a atender exclusivamente ao interesse e as necessidades da população de uma cidade que como São Paulo, são muitas. Eu cumprimento os demais Conselheiros, Conselheiro Braguim e Simões, que nesta ocasião também continuam na sua missão, bem como os demais Conselheiros que integram esta Corte e a todos desejo um mandato profícuo, eficiente e que contribua em muito para a racionalidade da utilização dos recursos públicos. Muito obrigado pela oportunidade." A Presidência também agradeceu as seguintes presenças: Rodrigo Nogueira, representando o Tribunal de Justiça de São Paulo, Antonio Sérgio Batista, representando a Associação dos Prefeitos do Estado de São Paulo, Arnaldo Faria de Sá, Subprefeito, Subprefeitura Jabaquara, Renato Fonseca de Andrade, representando Tirso de Sales Meireles, Presidente do SEBRAE, Tiago Dias da Silva, Superintendente do Serviço Funerário de São Paulo." **Com a palavra, o Conselheiro Roque Citadini, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo**: "Muito bom dia a todos. Cumprimento o Conselheiro João Antonio e os demais Conselheiros do Tribunal e cumprimento o Vereador Eduardo Tuma, na pessoa em que saúdo toda a Mesa aqui já delineada. venho rapidamente, desejar que seja um bom ano, será um ano de muito trabalho e de muitas dificuldades. Nós os Tribunais de Contas, vivemos um momento muito complicado. Há uma Emenda Constitucional, apresentada no final de ano, chamada de Pacto Federativo, mas que na verdade é um pacto antifederativo, é uma emenda que elimina qualquer possibilidade da ideia de federação. Isto foi criado a pretexto de que alguns Estados quebraram e quebraram mesmo, mas a União também quebrou, tanto quebrou que fica aumentando todo dia a dívida pública para tapar os buracos dos seus déficits e a pretexto de que houve esta quebra, o Governo entendeu que os Tribunais não foram tão zelosos como deveriam ser com os Estados que entraram em colapso e criaram uma Emenda que se resume o seguinte: nós poderíamos mudar a introdução da Constituição para todo poder emana da Secretaria do Tesouro Nacional e em seu nome será exercido. É ela. Ela se torna a grande definidora de qualquer política fiscal, tributária e que limita brutalmente os Estados. É a maior vingança da nomenclatura de Brasília contra o País. Torna-nos um Estado unitário, sem nenhum espaço para os Estados, ainda aqueles que zelosamente executam os seus orçamentos de forma adequada sem déficit, como no caso é o Estado de São Paulo, mas também tem tantos outros a destacar. Infelizmente, esse pacto antifederativo que está sendo proposto passa ao largo – e, aqui, alerto os Parlamentares, Vereador Eduardo Tuma, Deputado Paulo Teixeira, e tantos outros hoje presentes ou representados – é uma medida que destrói a ideia de federação. A Secretaria do Tesouro Nacional, pelos seus gênios, poderá definir tudo em matéria fiscal e orçamentária. Os Governadores serão sub, sub e sub do Governo Federal. Primeiro estará a Secretaria do Tesouro Nacional proclamada como o novo 'rei' que o País tem. E, depois, em segundo plano, o Presidente da República, se ele tiver algum discernimento. Depois dele vem o Ministro da Fazenda, que é quem estabeleceu esse programa. Portanto, Presidente João Antonio, cabe a nós, neste ano, que é um ano realmente difícil, alertar a população sobre o mal que isso pode trazer. Vejam: é a entrega total do Poder à nomenclatura da Secretaria de Tesouro Nacional. Vou citar um exemplo. Aqui em São Paulo há três universidades. São as melhores do País, sem nenhuma desconsideração às outras. Funcionam quase que sem greve, porque elas têm uma forma de financiamento que é um percentual do ICMS. Isso vem, há 30 anos, funcionando bem. Pois bem, isso estará condenado pela Secretaria do Tesouro Nacional que não aceita. Eles só aceitam a forma dos 'quadradinhos' como veem o País. Presidente João Antonio, quero desejar muita sorte, uma boa gestão, como lhe é peculiar e, principalmente, coragem! Coragem de dizer que esse caminho está errado. Nós vamos destruir o que há de Federação e estabelecer um estado unitário, controlado por uma burocracia retrógrada que está lá em Brasília. É algo que precisamos realmente não temer e devemos dizer em todo o lugar que formos como estou fazendo agora.

Parabéns e boa gestão." A Presidência registrou ainda e agradeceu as seguintes presenças: Maria Aparecida de Souza, Maria Cadiga Salé, David Grosmann, Mônica Regina Froés, Tatiane Viana, Francisco Assis de Souza Filho e Ângela Roberta. **De posse da palavra, o Procurador Regional da República, Luiz Carlos dos Santos Gonçalves**: "Bom dia a todos e a todas. Quero cumprimentar os membros da Mesa na figura do meu querido amigo Presidente João Antonio. Sou do Ministério Público Federal e faço aqui uma brincadeira: é um problema que tenho, ser do Ministério Público Federal. Então, na verdade, estou aqui em nome de uma antiga amizade. Estou aqui para trazer uma nota relacionada à determinada situação que envolveu aluno e professor. Olhando para nosso querido João Antonio, todo mundo pensa que ele foi o professor e eu o aluno. Mas, não foi bem assim. Em data incerta do século passado, tive a oportunidade de ser professor do João Antonio na Unicsul, aqui em São Paulo. Vejo, aliás, outros queridos amigos hoje, o Júlio, o Filipe, e que também estiveram naquela faculdade quando eu era o professor. Dito isso, e sei que o que vem agora é um chavão, mas é real: o aluno superou o professor, galhardamente. O aluno superou o professor com seu talento, sua capacidade, com a sua vida profissional, de uma maneira bastante visível. Mas, claro, tenho aquele pequeno orgulho, João Antonio, de ter sido, no mundo, a pessoa que te apresentou dois autores que continuam no meu panteão. Tive a honra de lhe mostrar Hans Kelsen e Norberto Bobbio. Na ocasião você era aluno de primeiro ano do curso de Introdução ao Estudo do Direito. E, nesta data, para minha alegria de professor, o João Antonio é um dos maiores estudiosos de Norberto Bobbio no Brasil. Aliás, João Antonio tem até produção acadêmica relacionada com isso. Até recentemente fui Procurador Regional Eleitoral de São Paulo. Por isso, quero falar também uma palavra relacionada às instituições do País, afinal, parece que esse é um momento desafiador. E é desafiador para todas as instituições do País. Portanto, quero prestar meu testemunho de que este Tribunal de Contas esteve à altura desse desafio. O Tribunal tem conosco, Procuradoria Regional Eleitoral de São Paulo, uma parceria muito importante. Mas parceria essa que foi testada na prática. Não adianta o discurso se a prática não acompanha. O Ministério Público Federal tem essa tarefa antipática, mas absolutamente imprescindível de, no momento das eleições impugnar candidatos que tenha tido condenações colegiadas por crime e por improbidade administrativa. Por isso pedimos a todas as instituições que nos enviem a relação daquelas pessoas que, no exercício de suas atividades, tiverem incorrido nessa situação. Como é o caso dos Tribunais de Contas. Vejam, se os Tribunais de Contas rejeitam as contas de alguém por improbidade administrativa, então ele se torna nosso cliente e é nosso dever legal apresentar a impugnação. De todas as instituições às quais tivemos de nos dirigir, este Tribunal foi a que nos atendeu com maior presteza, ou seja, mostrou na prática ao que a colaboração institucional pode levar. Depois, em outra situação, no exame de contas da Administração Pública, saibam: não é nada fácil. E nós, que temos formação em Direito, nos atrapalhamos com os números. Só que num caso muito grave, envolvendo a Administração Pública, solicitamos a este Tribunal de Contas. E foi este Tribunal de Contas que nos emprestou alguns membros, acho que um membro, do excelentíssimo corpo funcional, diga-se de passagem, corpo de altíssima competência técnica, para que nos ajudasse. Em razão disso, tivemos a ajuda no exame de contas e conseguimos, aparelhamos uma ação muito forte em relação ao abuso de poder político e econômico em relação às contas da Administração Pública. Por consequência, este é um momento de orgulho, de satisfação mesmo, seja como professor, mas também como Procurador e ainda mais como amigo ver que o João Antonio assume, por mais uma vez, a Presidência desta Corte. Parabéns João Antonio." **Com a palavra, o Secretário Municipal de Governo Mauro Ricardo Machado Costa, para o seu pronunciamento**: "Eu primeiramente gostaria de saudar o Presidente da Câmara Eduardo Tuma, ótimo estar aqui com você. Gostaria de saudar o Presidente do Tribunal de Contas do Município, João Antonio e se todos me permitirem, em nome dele saudar todas as autoridades aqui presentes, dizer da grande satisfação e alegria de estarmos aqui juntos e lamentar, infelizmente, a ausência do Prefeito Bruno Covas, que por restrição médica não pode comparecer a este evento, mas tenho certeza que ele está aqui em

pensamento. Não é fácil a administração de uma cidade como a de São Paulo. Como as grandes metrópoles, nós temos também os grandes problemas da cidade e estes grandes problemas da cidade, só podem ser resolvidos se houver união de esforços de todos, união da Câmara, do Tribunal de Contas, do Ministério Público, Defensoria Pública e do Poder Executivo para que nós possamos ultrapassar os diversos problemas existentes na cidade para bem atender o cidadão. Eu também gostaria de ressaltar a função de controle, que eu acho que é a função primordial do Tribunal de Contas, do Ministério Público, da Defensoria Pública e mais do que isto, da sociedade saber controlar, acompanhar a gestão de um Prefeito, de um Governador ou mesmo de um Presidente da República. O controle é fundamental, quem não controla não administra na sua plenitude e o controle na gestão pública é fundamental, verificar a boa aplicação dos recursos públicos e no caso dos Tribunais de Contas, o controle em relação à regularidade dos atos administrativos que devem ser focados no orçamento, no aspecto contábil, operacional e patrimonial. Muitos governos, infelizmente, não gostam desta palavra controle, não gostam de ser controlados, o ser humano não gosta de ser controlado, mas o controle é fundamental para que a gente possa dar uma transparência em relação à ação principalmente do poder público e aqui temos o controle interno e externo. O controle externo, o Prefeito Bruno Covas deu uma independência em relação à Controladoria Geral do Município para que ela não ficasse vinculada a qualquer outra Secretaria com ligação direta ao Prefeito Bruno Covas e dando instrumentos para que ela pudesse de fato acompanhar a gestão pública sob aspecto interno, sugerindo medidas de aperfeiçoamento de sua gestão e promovendo também a regularização de alguns atos que eventualmente tenham sido praticados de maneira irregular. No que se refere ao controle externo, acho que a pessoa mais importante é o cidadão e para isto, o Prefeito Bruno Covas se aliou a um Programa Internacional chamado Governo aberto, aonde pressupõe a capacitação do cidadão para que ele possa ter informações em relação à gestão e a partir daí ter instrumentos para dar sugestões ao seu aperfeiçoamento. Isto é o que fizemos. o Governo Aberto está funcionando em sua plenitude, inclusive capacitando agentes para que eles possam ser multiplicadores, informando claramente quais são os dados e informações que a prefeitura gera para que ele possa exercer melhor a função de controle do cidadão em relação à gestão pública e os Tribunais de Contas exercem um papel extremamente importante no controle externo. Eu que tenho inúmeros anos de administração pública, já passei pelo Governo Federal, por vários Governos Estaduais e Municipais, tive a oportunidade de lidar com o Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, Tribunal de Contas do Paraná, Tribunal de Contas de São Paulo e quero aqui ressaltar o papel dos Conselheiros, na pessoa do Conselheiro Roque Citadini que muito ajudou na questão do Governador José Serra no período de 2007 ate 2010 e no Tribunal de Contas de São Paulo, eu tive a oportunidade, já é minha terceira vez na Prefeitura de São Paulo, eu tive em 2005, 2006 depois 2011, 2012 e agora novamente e observo a disposição que o Tribunal de Contas do Município de São Paulo tem em ajudar na gestão. Aqui não tem pessoas que queiram prejudicar a gestão e sim ajudar no aperfeiçoamento das ações propostas pela Prefeitura, seja ações do Tribunal de maneira preventiva ou mesmo corretiva, de tal maneira que a gente possa buscar juntos o interesse público. Então, quero neste momento, agradecer a todos os Conselheiros, Conselheiro João Antonio, Conselheiro Dissei, Conselheiro Edson, Conselheiro Maurício Faria, Conselheiro Braguim, pela disposição e pela ajuda que tem dado a esta gestão João Dória e Bruno Covas, no sentido de sempre ajudar com o objetivo do interesse público. Eu quero aqui desejar em nome do Prefeito Bruno Covas, muito sucesso aos Conselheiros que hoje assumem a Presidência, João Antonio, ao Braguim que assume a Vice-Presidência e a Corregedoria, meu amigo Edson Simões. Muito sucesso. Vocês já estavam em uma gestão de sucesso e vão permanecer certamente com a gestão de sucesso agora neste próximo mandato. Obrigado pela ajuda que vocês têm dado à Cidade de São Paulo. Muito Obrigado a todos." A Presidência também agradeceu e destacou as seguintes presenças: Mariano Amadio, Vice-Presidente do Conselho Regional de Contabilidade; José Wellington Bezerra da Costa Neto,

representando o Presidente do TRE; João de Oliveira Rodrigues Silva, da Associação Paulista de Magistrados; Antonio Goulart, Deputado Federal; Nelson Watanabe, Chefe de Gabinete, representando o Vereador Aurélio Nomura. **Com a palavra, o Vereador Eduardo Tuma, Presidente da Câmara Municipal de São Paulo**: "Bom dia a todas e a todos. Me permitam cumprimentar as mulheres em nome da nossa Secretária Municipal Malde Villas Boas, Secretária de Gestão, quero cumprimentar o Presidente João Antonio e os Conselheiros Braguim, Edson Simões, Maurício Faria, Domingos Dissei em nome de quem cumprimento as autoridades aqui presentes e a Mesa de igual maneira. O Tribunal de Contas do Município tem um papel fundamental de fiscalização das contas públicas, tem atuado já há tempos e não é diferente na gestão do Conselheiro Presidente João Antonio, de forma inteligente, eficiente, prevenindo, obedecendo à velha máxima popular de que é melhor prevenir do que remediar, então prevenindo gastos públicos ineficientes. Uma gestão moderna que tem respondido, não só interna como externamente aos anseios da população, trazendo maior transparência, maior diálogo, comunicação como cidadão, como foi mencionado aqui pelo Secretário de Governo Mauro Ricardo, que é a autoridade por excelência na nossa República Democrática. E assim tem feito o Conselheiro João Antonio com a Câmara, trabalho de parceria, trabalho conjunto, auxiliado as minhas colegas e meus colegas Vereadoras e Vereadores, na fiscalização dos gastos públicos que tem sido geridos pelo Prefeito Bruno Covas. Encerro aqui a minha fala, dizendo que o Tribunal e a Câmara não só trabalham conjuntamente neste sentido, mas também na qualificação e aqui eu quero mencionar o excelente corpo técnico que o Tribunal de Contas do Município de São Paulo possui e a Câmara com a Escola do Parlamento e a Escola de Contas, fizeram no ano passado o FIDA que é o Fórum Ibero Americano de Direito Administrativo e este ano também em parceria Tribunal de Contas e Câmara Municipal, uma pós-graduação, uma pós "latu sensu" em gestão de cidades. Então neste sentido, estas duas instituições coirmãs, O tribunal de Contas para mim, particularmente, Desembargador Marian Maia é um Tribunal por excelência, conduz assim os seus trabalhos e trabalha conjuntamente com a Câmara. Então estas duas Instituições coirmãs vão trabalhar juntas, visando o bem do cidadão paulistano em 2020. Parabéns Presidente João Antonio, parabéns Conselheiros do Tribunal de Contas do Município." **Com a palavra para o pronunciamento final, o Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, Conselheiro João Antonio da Silva Filho**: "Novamente quero saudar todos os que estão presentes, agradecer por terem vindo. Cumprimento o Presidente da Câmara Municipal de São Paulo, instituição que expressa a pluralidade paulistana. Tive a oportunidade de exercer dois mandatos e meio naquela Casa de Leis e, portanto, foram dez anos consecutivos de trabalho legislativo. Aproveito para saudar o Secretário de Governo Mauro Ricardo, neste momento representando o Senhor Prefeito Bruno Covas, com quem estive a semana passada transmitindo essa corrente positiva de energia para que se recupere em seu tratamento de saúde o mais rápido possível. Saúdo ainda o Procurador do Ministério Público Federal Luis Carlos dos Santos. Aliás, como ele bem disse em seu pronunciamento, foi meu professor de Teoria Geral do Estado. Foi com ele que tive o contato com a Filosofia do Direito e, por isso, logo depois, fiz Mestrado em Filosofia do Direito e minha dissertação é exatamente baseada em Norberto Bobbio. Quero especialmente cumprimentar o Conselheiro Roque Citadini Presidente do Tribunal de Contas do Estado, essa instituição coirmã, com quem tenho trabalhado há tempos em conjunto e com quem tenho aprendido muito. Cumprimento o Desembargador Presidente eleito do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Mairan Maia. Seja bem-vindo a esta Casa. Dar um bom dia ao Procurador Geral do Município Gustavo Ungaro que já registrou a nossa parceria em seu discurso, lembrando que já assinamos diversos termos, aqui, para desenvolver juntos o trabalho de Controle Externo. Aliás, eu acredito nessa possibilidade, ou seja: o controle ainda mais eficiente em que há essa ajuda mútua, contribuindo-se, assim, ainda mais com o Controle Externo e, claro, vice-versa. Saúdo aquele que nos representa no Brasil inteiro, como sendo as instituições dos Tribunais de Contas, o Conselheiro Fábio Túlio Filgueiras Nogueira, Presidente da nossa querida associação, a

Atricon, entidade que se aperfeiçoa a cada dia e se torna ainda mais forte para nos representar no País. Outra gentil saudação ao Thiers Vianna Montebello, nosso articulador de políticas para os Tribunais de Contas, mas também Presidente da Abracon, entidade que reúne todos os tribunais dos municípios. Sinto-me honrado com a presença de Cristiane Castro Moraes, Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Permito-me dizer que, à época em que foi Deputada eu fui um dos que teve a honra de ser um dos votos que conduziu Vossa Excelência ao Tribunal de Contas do Estado. Especial abraço ao meu amigo, pessoa que estimo muito, Durval Ângelo, do Tribunal de Contas de Minas Gerais que, neste momento de minha posse, está representando aquela instituição. Aproveito para dar meus melhores cumprimentos ao novo Presidente do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, o querido colega Estilac Martins Rodrigues Xavier. Muito nos honra sua presença hoje. Menciono ainda o colega Francisco de Souza Andrade, a quem nós chamamos, carinhosamente, de Chico. Seja bem-vindo. Ele representa os tribunais de contas dos municípios do estado da Bahia. Quero ainda – permitam – saudar Joaquim Alves de Castro, que é o Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Contas do Brasil. Uma honra sua presença aqui. Destaco a presença de Reginaldo Enes, Ouvidor do Tribunal de Contas do Amapá. Um prazer recebê-lo em minha posse, hoje. Saúdo ainda as seguintes personalidades, que igualmente agradeço a honra de terem vindo: Senhora Elza Paulina de Souza, Comandante da Guarda Civil Metropolitana de São Paulo; Senhor Clóvis Santion, Presidente do Tribunal de Justiça Militar do Estado de São Paulo; querido Vereador da Cidade de São Paulo Antonio Donato; Cláudio Carleto, Secretário Municipal de Direitos Humanos e Cidadania; Edson Karan, Secretário Municipal de Mobilidade e Transportes; Fernando Chucri, Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano; Filipe Vellodoim, Secretário Municipal da Fazenda; João Farias, nosso Secretário de Habitação, na Cidade de São Paulo; Vereador Milton Leite, Vice-Presidente da Câmara Municipal de São Paulo; meu amigo e Deputado Federal Luis Paulo Teixeira. É uma honra ainda receber esse ícone do Direito Administrativo no Brasil, nosso sempre professor Celso Antonio Bandeira de Mello. Seja bem-vindo a esta instituição. Minha queridíssima professora da PUC, Senhora Weida Zancaner, obrigado pela vinda. Nosso Senador da República e sempre combativo político, hoje Vereador Eduardo Suplicy. Também saúdo esta pessoa que desenvolve um trabalho de excelência como Ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo: Benedito Domingos Mariano. É um prazer tê-lo conosco nesta cerimônia de minha posse. Não posso deixar de saudar o Procurador da Fazenda representando hoje todos os procuradores do Brasil, aliás, o Procurador Chefe da Fazenda neste Tribunal de Contas do Município, o Senhor Guilherme Bueno de Camargo, a quem agradeço sempre o empenho. E assinalo, com gratidão, a presença do Juiz Federal Silvio Luis da Rocha. Quero aproveitar para cumprimentar, e não poderia deixar de fazê-lo, todos os membros do Comitê Gestor deste Tribunal de Contas. Aliás, vou citar o nome deles para, assim, reverenciar todos os servidores da Casa: Maria Angélica Fernandes, Chefe de Gabinete desta Presidência; Ricardo Panato, Secretário-Geral desta Corte; Lívio Fornazieri, Secretário de Fiscalização e Controle; Egle dos Santos Monteiro, Chefe da Assessoria Jurídica do nosso Tribunal de Contas; Mário Augusto de Toledo, Chefe de Tecnologia da Informação desta Corte de Contas; Maurício Piragibe, Diretor-Presidente da Escola de Contas do Tribunal; Florestan Fernandes Júnior, Chefe da Comunicação deste Tribunal de Contas; Claudio Figo, Subsecretário Administrativo; Roseli Chaves, Subsecretária-Geral do Tribunal de Contas, hoje, por estar em férias, representada por Cibele Pradini, que também é nossa Subsecretária; e da Adriana Manolio, Coordenadora representante da área processual. De maneira muito carinhosa quero finalizar com os cumprimentos ao Vice-Presidente desta Corte, com quem aprendi muito aqui chegando, o Conselheiro Roberto Braguim. Também muito especialmente saúdo o Conselheiro Decano desta Corte Edson Simões, de quem costumo dizer que além de Conselheiro de todos, é também meu conselheiro. Claro, ressalvar o nome do Conselheiro Maurício Faria, amigo de longas jornadas, com quem também dividi experiências ao longo de nossas vidas, destacando principalmente a defesa do interesse público. E devidamente citar meu

querido amigo, com que tenho afinidade, inclusive na religião, o Conselheiro Domingos Dissei. Agradeço a todos e devo dizer senhoras e senhores, desde que assumi a cadeira de Conselheiro do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, encontrei nesta Corte de Contas uma experiência consolidada durante anos, a partir do trabalho de Conselheiros que por aqui passaram, enriquecida com a atuação de Conselheiros que aqui estavam e continuam até hoje. Antes de assumir a Presidência pela primeira vez, convivi com as gestões dos Conselheiros Edson Simões e Roberto Braguim. Com eles, bem como com os Conselheiros Maurício Faria e Domingos Dissei que integram o Colegiado desta Corte de Contas, aprofundei ainda mais meu aprendizado sobre o papel e os desafios do Controle Externo na cidade e no Brasil. Os Presidentes que me antecederam deixaram um legado de responsabilidade com a gestão deste órgão público, fazendo com que o TCM consolidasse sua importância no aperfeiçoamento do Controle Externo, visando cumprir suas atribuições constitucionais no sentido de viabilizar a finalidade do Estado, que é o bem comum. Este é o terceiro ano em que estarei à frente da direção do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Para uma gestão eficiente, para que esta Corte cumpra a sua missão, e para o fortalecimento do Estado Democrático de Direito, faz-se necessário um Tribunal de Contas compatível com os tempos modernos. Isso significa, em primeiro lugar, uma gestão transparente – pois não há democracia sem transparência da questão pública. Como escreveu o jusfilósofo italiano Norberto Bobbio: Democracia pressupõe o poder público em público. Então, para cumprir com essa missão, nos últimos anos adotamos as seguintes iniciativas: Instituímos o Processo Eletrônico. Em breve, todos os interessados poderão acompanhar, em tempo real, o andamento de todos os processos neste Tribunal. Desenvolvemos ferramentas digitais, dentre as quais o IRIS – Informações e Relatórios de Interesse Social – para que todos os interessados acompanhem a execução orçamentária da Prefeitura de São Paulo, podendo também em, tempo real, acompanhar as licitações e os empenhos. Com este instrumento, qualquer cidadão ou cidadã, tendo interesse, pode fiscalizar a aplicação dos recursos públicos na Cidade de São Paulo. Instituímos o programa Cidadania em Contas. Já foram feitas 14 reuniões nos territórios das Subprefeituras, visando aproximar o Tribunal de Contas dos cidadãos paulistanos. Esse projeto é desenvolvido pelos técnicos desta Casa numa parceria com as Subprefeituras, para explicar a missão do Tribunal de Contas, seu funcionamento e como os cidadãos podem se apropriar dos instrumentos de Controle Externo, instrumentalizando suas competências para favorecer os interesses maiores da Cidade. Realizamos uma reformulação ampla das redes de comunicação do Tribunal, ou seja, um novo site, com novas funcionalidades e conteúdos renovados diariamente, além do atendimento de demandas de mídia em velocidade maior. Também promovemos uma inserção maior do TCM nas mídias sociais e na imprensa em geral. Reestruturamos a Ouvidoria, que é o canal de entrada de pedidos de informação, reclamações e sugestões, no sentido de tornar mais dinâmica a atuação do Tribunal e fazer com que nossa relação fique mais próxima da sociedade. E, para fortalecer o devido processo legal e o contraditório, bem como dar maior celeridade aos processos no âmbito desta Corte, aprovamos um novo fluxo processual. Isso significa encurtar tempo dos julgamentos de matérias em tramitação no TCM. Em relação às atribuições constitucionais enquanto Controle Externo, temos preparado o Tribunal de Contas para chegar antes do desperdício do dinheiro público. Isso implica, sem abrir mão da sua competência de exercer o controle de conformidade – que é o controle posterior – para fortalecer os Controles Preventivo e Concomitante. Ao mesmo tempo, atuar para que políticas públicas de qualidade, aprovadas pela sociedade, possam ser transformadas em políticas perenes e de Estado. Para cumprir essa missão, o TCM desenvolveu alguns instrumentos. Primeiro, estamos concluindo o nosso Planejamento Estratégico, com o envolvimento de todos os funcionários da Casa, de modo a pensar as ações prioritárias do Tribunal de Contas para o próximo período. Desenvolvemos uma política de prioridades para orientar as auditorias e a tramitação dos processos, levando em conta três diretrizes: 1) Valor da contratação: cerca de cinquenta contratos na Cidade de São Paulo consomem quase 80% dos recursos orçamentários; 2) Áreas de risco:

algumas áreas da Administração Pública, as irregularidades têm histórico de reincidência. Por isso – para combater alguns desvios históricos – estabelecemos também essa diretriz, as áreas de risco, ou seja, mais uma diretriz de orientação das ações desta Corte. 3) Importância social: não há como negar que determinadas contratações, pela sua relevância para a cidade, merecem uma atenção especial do Controle Externo, pois são áreas fundamentais para a sociedade, tais como saúde, educação, zeladoria, mobilidade, entre outras. E mais: no sentido de tornar a ação do Tribunal de Contas mais célere e transparente, instituímos as Mesas Técnicas, as quais são requisitadas por iniciativa desta Corte ou de jurisdicionado, sempre que matérias complexas exijam um diálogo prévio entre a Administração e o Controle Externo. As Mesas Técnicas favorecem a transparência – tudo é discutido nessas mesas, abertamente –, a celeridade e a eficiência da atuação do Tribunal. Também incorporamos ao cotidiano de julgamentos a cargo dos Conselheiros o Plenário Virtual, que confere rapidez eficaz a matérias de menor complexidade e otimiza o tempo do Pleno para temas mais relevantes. Já no sentido de fortalecer a ideia de chegar antes do desperdício do dinheiro público, o Tribunal de Contas destacou, com prioridades, as Auditorias Operacionais e Transversais, modalidades de Controle Externo que priorizam os resultados das políticas públicas. Nesse mesmo diapasão, no que diz respeito ao exame das contas do Prefeito, separamos a Análise Contábil das Funções de Governo. A análise contábil é meramente técnica no que diz respeito ao atendimento legal, aplicação dos recursos públicos, enquanto as funções de governo são objeto de análises que enfocam o resultado das políticas públicas desenvolvidas. Desenvolvemos, no nosso planejamento, sete Funções de Governo: educação, saúde transporte, assistência social, verde e meio ambiente, urbanismo e habitação. Cabe registrar aqui o importante papel desempenhado pela Escola de Gestão e Contas Públicas do TCM. Entre cursos de pós-graduação, de extensão, palestras e atividades culturais, os dados mostram um crescimento robusto daquela instituição. Observem alguns números das atividades realizadas pela Escola de Gestão e Contas no ano de 2019: Em cursos de pós-graduação lato sensu, em nível de especialização: 10 turmas, com 262 alunos; nos Cursos de Extensão: foram 132 cursos, com formação para 2.256 alunos; em palestras internas e externas e eventos culturais: 126 atividades, que atingiram um público total de 7.599 participantes durante o ano passado na Escola de Gestão e Contas Públicas. Outro ponto importante é a relação do Tribunal de Contas com o Legislativo paulistano. As tensões próprias de uma relação no Estado Democrático de Direito, que impõem o debate aberto sobre todos os temas relevantes para a cidade, jamais interferiram numa regra que sempre foi clara, tanto o TCM e quanto à Câmara Municipal de São Paulo, qual seja: a preservação da autonomia do Controle Externo como algo inerente ao processo democrático. Por expressar a pluralidade política da cidade, o Legislativo Paulistano tem precedência na tramitação das matérias objeto de representações e ofícios de Vereadores daquela Casa. É claro que para o sucesso da missão do Tribunal de Contas na implementação, inovações aqui descritas, contamos com um corpo funcional de excelência, aliás, reconhecidamente um dos mais qualificados do país e que está em constante processo de aperfeiçoamento e qualificação. Nos últimos anos, é perceptível a inserção do TCM nos diversos fóruns de debates do Controle Externo, nacionais e internacionais. Recentemente, esta Corte de Contas sediou uma série de eventos com especialistas nacionais e internacionais para discutir o Direito Administrativo numa perspectiva democrática, Controle Externo, Políticas Públicas e outros temas que são relevantes para dar efetividade aos direitos fundamentais constitucionalizados e às conquistas civilizatórias. Como se vê, estamos procurando aperfeiçoar a nossa missão constitucional. Reprimir nem sempre é o melhor para os resultados das políticas públicas. Ao Controle Externo dos atos da Administração cabe prevenir o desperdício do dinheiro público. Isso significa uma atuação eficiente e eficaz, já no nascedouro das contratações públicas, começar pela análise dos editais das licitações e no controle concomitante, acompanhando, em tempo razoável, do início ao término da execução contratual. Não adianta, após a execução do contrato, chegarmos a constatações de irregularidades tardias e, muitas vezes, pouco eficazes.

Acreditamos que o Controle Externo contribui mais para a cidadania quando a sua atuação fortalece políticas públicas exitosas. O Tribunal de Contas do Município de São Paulo, sem abrir mão do controle de conformidade, tem concentrado energias nos resultados dos serviços públicos prestados. Fomentar o Estado Democrático de Direito pressupõe valorizar a política como instância de mediação dos conflitos sociais. Fortalecer as instituições de Estado e valorizar a Constituição é fazer valer os direitos fundamentais nela contidos. A Democracia nasce das diferenças e, ao mesmo tempo, se torna instrumento de composição dessas mesmas diferenças. Não há democracia sem respeito aos diferentes e ao contraditório. Citando Norberto Bobbio: "a tendência natural do Estado é ocultar-se", já dizia ele no seu Estado Futuro da Democracia. Não há Estado Democrático de Direito sem Controle. Não há Controle sem transparência. O Controle pressupõe a utilização de todas as ferramentas disponíveis para, no equilíbrio entre economicidade e eficiência, garantir a efetividade das políticas públicas. Noutras palavras, isso significa o uso correto do dinheiro público para concretizar o princípio norteador das instituições de Estado, que é a supremacia do interesse público. Muito obrigado e bom ano a todos e todas! Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, o Presidente encerrou a sessão, às 12h40min, da qual foi lavrada a presente ata, que vai subscrita, de forma eletrônica, por mim, Ricardo E. L. O. Panato, Secretário-Geral, e assinada pelo Presidente, pelos Conselheiros e pelo Procurador Chefe da Fazenda. São Paulo, 27 de janeiro de 2020.

JOÃO ANTONIO – Presidente;
ROBERTO BRAGUIM – Vice-Presidente;
EDSON SIMÕES – Corregedor;
MAURÍCIO FARIA – Conselheiro;
DOMINGOS DISSEI – Conselheiro;
GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Procurador-Chefe da Fazenda;